

MAGISTRATURA E TRABALHO

PUBLICAÇÃO OFICIAL DA ASSOCIAÇÃO DOS MAGISTRADOS DA JUSTIÇA DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO



MARÇO / 2024 Nº 119

ESPECIAL ELEIÇÃO AMATRA-2

No dia 22/03 acontece a votação que elege a nova
diretoria para o biênio 2024/2026

Juíza Laila Mariana Paulena Macedo



AMATRA
PARA TODOS

Juiz Diego Reis Massi



SAIBA MAIS SOBRE
AS CHAPAS E SUAS PROPOSTAS PARA O NOVO MANDATO

PÁG. 10



MAGISTRATURA E TRABALHO

DIRETORIA EXECUTIVA

PRESIDENTE

BRUNO JOSÉ PERUSSO

VICE-PRESIDENTE

FELIPE MARINHO AMARAL

DIRETOR SECRETÁRIO

ANDRÉ EDUARDO DORSTER ARAÚJO

DIRETORA FINANCEIRA

CRISTINA OTTONI VALERO

DIRETORA CULTURAL

CATARINA VON ZUBEN

DIRETORA SOCIAL

ANNA CAROLINA MARQUES GONTIJO

DIRETORA SOCIAL ADJUNTA

TALITA LUCI MENDES FALCÃO

DIRETOR DE DIREITOS HUMANOS

CAROLINE CRUZ WALSH MONTEIRO

DIRETORA DE DIREITOS HUMANOS ADJUNTA

ROSA FATORELLI TINTI NETA

DIRETOR DE ESPORTES

FREDERICO MONACCI CERUTTI

DIRETOR DE ESPORTES ADJUNTO

MARCOS ANTÔNIO IDALINO CASSIMIRO FILHO

DIRETORA DE APOSENTADOS

ANA MARIA CONTRUCCI BRITO SILVA

DIRETOR DE PRERROGATIVAS

ALEX ALBERTO HORSCHUTZ RESENDE

COMISSÃO DISCIPLINAR E DE PRERROGATIVAS TITULARES

ALEX ALBERTO HORSCHUTZ RESENDE (DIRETOR)

MARCOS VINICIUS COUTINHO

TOMÁS PEREIRA JOB

SUPLENTES

JULIANA RANZANI

ANNA CAROLINA MARQUES GONTIJO

TÂMARA LUIZA VIEIRA RASIA

CONSELHO FISCAL

ANTÔNIO PIMENTA GONÇALVES

PAULO KIM BARBOSA

SAMIR SOUBHIA

KAROLINE SOUSA ALVES DIAS

FARLEY ROBERTO RODRIGUES DE C. FERREIRA

THOMAZ MOREIRA WERNECK

AMATRA-2

AV. MARQUÊS DE SÃO VICENTE, 235 BLOCO B – 10º

ANDAR

BARRA FUNDA – SÃO PAULO - SP

CEP: 01139-001

TELEFONES: (11) 3392-4996

O JORNAL MAGISTRATURA E TRABALHO É FEITO

PELA AMATRA-2

JORNALISTA RESPONSÁVEL

LETÍCIA DE JESUS – MTB 0081864/SP

DESIGNER GRÁFICO

ARIANA ASSUMPÇÃO (11) 99486-9596

ARIANA.ASSUMP@GMAIL.COM



AMATRA-2 DIVULGAÇÃO

"A política é a arte do possível. Toda a vida é política."
(Cesare Pavese)

Caros associados e associadas,

Em poucos dias chegará ao fim mais uma gestão associativa, sendo esse o momento propício para fazermos um balanço do nosso trabalho.

Os últimos anos, sem dúvidas, foram os mais críticos para a carreira da magistratura, nos quais tivemos que lidar com o descrédito de imagem promovido por alguns setores da mídia, com um intenso assédio institucional, principalmente no período pós pandemia, somados à desvalorização remuneratória sem precedentes.

Nesse cenário, cabe muito bem o seguinte provérbio português: **"É na tempestade que se conhece o marinheiro"**.

A diretoria executiva da AMATRA-2 demonstrou habilidade, sabedoria e estratégia política para enfrentar essas "águas turbulentas" e chegar no período atual de merecida calma.

Foram inúmeras as conquistas, ainda que em tempos de extrema dificuldade, bem como intensa atuação para que nenhum magistrado ou magistrada fosse ferido em sua independência funcional.

Neste passo, não obstante a pressão da Corregedoria Geral da Justiça do Trabalho, não foi iniciado nenhum procedimento investigatório em face dos colegas envolvidos nos atos de **"fishing expedition"** decorrentes das determinações do retorno do trabalho presencial.

No âmbito regional, as consultas administrativas foram tratadas diretamente pela AMATRA-2 com a Corregedoria, sendo inúmeras as reuniões realizadas no órgão correicional, com a presença da associação.

Ademais, foram solucionados os problemas com a rotina das designações de juízes e juízas, com regras mais claras e objetivas e facilitação na comunicação e previsão das convocações.

Por outro lado, além dos necessários cuidados com as nossas prerrogativas, havia grande insatisfação com a desvalorização remuneratória, especialmente na Justiça do Trabalho. A grande parte dos colegas não sentia o reconhecimento pelo árduo trabalho realizado no dia a dia e havia alguns inclusive abandonando a carreira.

Assim, era mais do que evidente a prevalência de atuação no campo remuneratório e nesse tema os resultados obtidos foram além das expectativas.

Iniciamos com a melhoria no auxílio-saúde, logo no começo da gestão, com o acolhimento pelo Órgão Especial do nosso recurso para o pagamento do benefício nos termos da Resolução nº 294/2019 do CNJ, em no mínimo 6% e no máximo 10% do

SUMÁRIO

subsídio. Fomos o segundo regional no país a implementar esse avanço.

Após isso, no fim de 2022, obteve-se a mudança na resolução nº 137 do CSJT, a qual permitiu a quitação de passivos da PAE e do auxílio-alimentação.

Em 2023, conseguimos ainda mais.

Em primeiro lugar, o TRT-2 deferiu o pedido da AMATRA-2 para que a primeira parcela da gratificação natalina fosse paga no início do ano, o que beneficiou a todos, mas principalmente os colegas aposentados.

Após, foram definidas pelo CNJ mais melhorias no auxílio-saúde, estabelecendo um piso de 8%, um acréscimo para os maiores de 50 anos e para os que possuem ou tem dependentes com deficiência ou doença grave, além de uma possibilidade de reembolso de despesas extras, as quais serão implementadas ao longo do ano de 2024.

No final do ano, vieram as grandes conquistas. A implementação da licença compensatória, a mudança nas regras do recebimento da gratificação por acúmulo de jurisdição e a implementação do ATS retroativo reestabeleceram a dignidade remuneratória e a esperança na carreira.

Para fechar com chave de ouro, o Órgão Especial do TRT-2 ainda deferiu o pedido da AMATRA-2 para recálculo do terço constitucional de férias nos casos de recebimento do abono pecuniário.

Sobrou energia ainda para mais conquistas importantíssimas como: a reabertura da creche, com expansão do horário de funcionamento e da idade final da criança; teletrabalho até os 24 meses de nascimento da criança para gestantes e lactantes; implementação e consolidação do Programa Trabalho, Justiça e Cidadania, com importantes convênios firmados com a Presidência do TRT-2 e a Escola Judicial; bem como o inédito bicampeonato dos Jogos Nacionais da Anamatra.

O legado deixado é indiscutível. Mas é hora de uma nova gestão.

Nas próximas páginas desse jornal será possível conhecer as propostas e as ideias dos grupos que pretendem estar à frente da AMATRA-2 no próximo biênio. Desejamos muita sorte e um ótimo processo eleitoral.

Bruno José Perusso
Presidente da Associação dos
Magistrados da Justiça do Trabalho
da 2ª Região – AMATRA-2.



CHAPA AMATRA PARA TODOS

Composição chapa Amatra para Todos	4
Entrevista com a Juíza Laila Mariana Paulena Macedo	8
Propostas da chapa Amatra para Todos.....	10
Carta Aberta chapa Amatra para Todos	13

CHAPA APRIMORAÇÃO

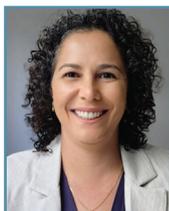
Composição chapa AprimorAÇÃO.....	14
Entrevista com o Juiz Diego Reis Massi.....	18
Propostas da chapa AprimorAÇÃO	20
Carta Aberta chapa AprimorAÇÃO	22



ESPECIAL ELEIÇÕES 2024



AMATRA PARA TODOS



PRESIDENTE

LAILA MARIANA PAULENA MACEDO é paranaense, tem 43 anos e é Juíza do Trabalho Substituta, desde abril de 2019, quando foi aprovada em 8º lugar geral no 1º Concurso Nacional.

Formada pela Universidade Federal do Paraná, advogou por mais de 12 anos nas áreas de Direito do Trabalho Individual, Coletivo, e Direito Previdenciário, prestando assessoria sindical (2006 a 2019). Foi também Professora de Direito do Trabalho, Introdução ao Direito e Direito Empresarial da UNIBRASIL (2009 a 2019).



2ª DIRETORA

IVETE RIBEIRO é Desembargadora do Trabalho desde 2006, integrando a 4ª Turma. Antes disso, foi Advogada. Mestre em Direito do Trabalho, é Professora da PUC/SP e professora convidada da ESA/SP. Já integrou a Comissão de Prerrogativas da AMATRA2 e foi Vice-Diretora da EJUD2 (2016/2017).

Também coordenou o Comitê de Priorização da 1ª Instância.

DIRETORIA SOCIAL



VICE PRESIDENTE

PAULO EDUARDO VIEIRA DE OLIVEIRA é paulistano, casado e Desembargador do Trabalho (3ª Turma do TRT2). É também Mestre, Doutor e Professor Livre Docente em Direito do Trabalho pela Faculdade de Direito da USP.



DIRETORA

TATIANA AGDA JULIA ELENICE HELENA BELOTI MARANESI ARROYO é juíza substituta desde 2012 e atua como auxiliar fixa na 1ª Vara do Trabalho da Capital desde 2017. É mãe do Lucas e tenista esforçada. Ama viajar e se aventura na cozinha de vez em quando. Foi diretora social, titular e adjunta, em 3 biênios da Amatra 2.



DIRETORA SECRETÁRIA

LAURA RODRIGUES BENDA é mãe, Juíza do Trabalho Substituta no TRT2 desde 2015, tendo também atuado no TRT15 entre 2010 e 2015. Foi Diretora Adjunta de Direitos Humanos da AMATRA 2 nos biênios 2016/2018 e 2018/2020 e Presidenta da AJD no biênio 2017/2019. Atuou também como Gestora

Regional do Trabalho Seguro do TRT 2 entre 2017 e 2023.



2ª DIRETORA

TAMARA VALDÍVIA ABUL HISS ALONSO é mãe de dois meninos, natural de Santos e Juíza do Trabalho Substituta desde 2011. Graduada em Direito pela USP. Beach Tenista dedicada, apreciadora de bons vinhos e viajante serial.



DIRETORIA FINANCEIRA

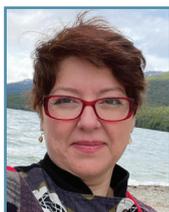
ANA CRISTINA MAGALHÃES FONTES GUEDES é Juíza do Trabalho há 23 anos, sendo Titular da 28ª Vara de São Paulo. Foi membro do Comitê de Priorização no 1º grau no biênio 2020/2022. É também Mestre em Direito Político e Econômico e pós-graduada em Administração Judiciária.



DIRETORA ADJUNTA

JULIANA WILHELM FERRARINI PIMENTEL (Diretora Adjunta) Juíza do Trt 2 desde 2011, titular da 1ª Vara do Trabalho de São Vicente. Juíza integrante do Comitê de Priorização da Primeira Instância. Mãe de 2 meninos.

DIRETORIA CULTURAL



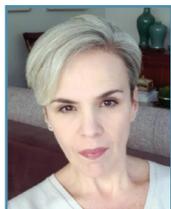
DIRETORA

SANDRA DOS SANTOS BRASIL é Juíza Titular da 2ª Vara da Zona Sul (desde 2014). Graduada pela Universidade Mackenzie, ingressou na Magistratura do Trabalho em 2002. Foi Diretora Social da AMATRA no ano de 2011.



DIRETOR

FÁBIO AUGUSTO BRANDA tem 52 anos, é casado e Juiz do Trabalho desde 2007. Atualmente, é Titular da 1ª Vara de São Paulo. Foi Diretor de Prerrogativas da AMATRA2 no biênio 2011/2013 e Conselheiro da EJUD2 no biênio 2010/2012. Também atuou como Membro Suplente nos Comitês de Priorização do 1º grau (2018/2020) e Orçamentário do TRT2 (2018/2020). Integra o Comitê Regional de Erradicação do Trabalho Infantil desde 2021.


2ª DIRETORA

EUMARA NOGUEIRA BORGES LYRA PIMENTA é Juíza Titular da 40ª Vara do Trabalho de São Paulo, tendo ingressado na Magistratura em 1997. Antes disso, foi servidora também no TRT2.


DIRETORA ADJUNTA

ÉRIKA ANDRÉA IZÍDIO SZPEKTOR Juíza do Trabalho desde 2007, sendo Juíza Titular da 2ª Vara do Trabalho de Barueri desde 2017. Corredora desde 2002 com 8 maratonas concluídas, dentre elas a qualificação e conclusão da Maratona de Boston. Triatleta amadora desde 2012 com 7 Ironmans concluídos.

DIRETORIA DE DIREITOS HUMANOS


DIRETOR

ROBERTO VIEIRA DE ALMEIDA REZENDE Juiz Substituto de 18/07/1996 a 30/04/2004. Atualmente Juiz Titular da 43ª VT de SP. Mestre e Doutor em Direito do Trabalho pela USP.


DIRETORA

LILIAN LYGIA ORTEGA MAZUEU ingressou na magistratura em 1986. Desembargadora aposentada do TRT2. Foi Presidente da AMAJUST (Associação dos Magistrados Aposentados da Justiça do Trabalho) e Coordenadora de Magistrados Aposentados da AMB.


2ª DIRETORA

MARIA ISABEL CUEVA MORAES, nascida em São Paulo, Capital, com dois filhos adultos. Desembargadora do TRT02 desde agosto/2010, ingressou por nomeação pelo Quinto Constitucional do MPT. Integrante do MPT de dezembro/1993 a agosto/20 e da Magistratura Trabalhista de outubro a dezembro/1993 (TRT15). Integra atualmente a 4ª. Turma e SDI 4 do TRT02, tendo já participado da EJUST, como Conselheira, do Comitê Estadual de Combate ao Trabalho Escravo, e do Órgão Especial.


DIRETOR ADJUNTO

CARLOS ALBERTO DE NORONHA, Formado em Direito pela Faculdade de Direito do Vale do Paraíba - São José dos Campos. Pós-Graduação em Direito do Trabalho na PUC, admitido como servente PJ14 na Justiça do Trabalho em 1962, promovido a Auxiliar Judiciário, promovido a Distribuidor, exonerou-se em 1973. Advocacia até 1979, assumiu magistratura em 1979, aposentado em 1993, retornou à advocacia trabalhista. Paralelamente, lecionou na FMU e em cursos para preparação para magistratura. Autor de inúmeros artigos publicados e palestras proferidas. Ex-Diretor de Aposentados da AMATRA II, ex Presidente e ex Diretor Financeiro da AMAJUST.


DIRETORA ADJUNTA

ROSA FATORELLI TINTI NETA é baiana e Juíza do Trabalho Substituta desde 2019. Integra o Programa Trabalho, Justiça e Cidadania e foi Diretora Adjunta de Direitos Humanos da AMATRA2 (2022/2023). Antes disso, foi servidora no MP/BA e TRTs 1 e 5.


DIRETORA ADJUNTA

VERA MARTA PUBLICO DIAS. Desembargadora aposentada. Formada na PUC/SP - Turma 58. Especialista em Direito Imobiliário. Foi Procuradora do Estado. Juíza do Trabalho desde 1981, tendo sido promovida a Desembargadora no ano de 2000. Presidente da 10ª turma nos biênios de 2002/2004 e 2004/2006. Ocupou diversos cargos na AMATRA, e na fundação e Diretoria da AMAJUST.

DIRETORIA DE ESPORTES, LAZER E BEM ESTAR


DIRETORA

FERNANDA ITRI PELLIGRINI é Juíza do Trabalho há 15 anos, sendo Titular da 2ª Vara de Santo André. Antes disso, atuou como Promotora de Justiça. É também escritora, especialista em Psicologia Analítica e Pós-graduada em História Social da Arte.


DIRETORA E REPRESENTANTE EM GUARULHOS

DANIELA MARIA DE ANDRADE SCHWERZ é Juíza Substituta desde 2019, antes disso foi advogada por 10 anos. Atualmente é Auxiliar na 3ª Vara de Guarulhos e mestranda em Sociologia pela Unicamp.

DIRETORIA DE PRERROGATIVAS E COMISSÃO DISCIPLINAR

ESPECIAL ELEIÇÕES 2024



PRERROGATIVAS NA BARRA FUNDA

LUCIANA BEZERRA DE OLIVEIRA foi servidora do TRT02 por 13 anos. Ingressou na magistratura em 2001 e é Juíza Titular da 57ª Vara do Trabalho de São Paulo. Foi integrante do Comitê de Priorização da 1ª instância e do Comitê Orçamentário no Biênio 2018/2020 e da Comissão de Prerrogativas

da Amatra 2 no biênio 2006/2008. Integra o Programa “Auto Conhecimento e Vivências” do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região e idealizou e coordena o Programa Servidor Acolhedor desde 2014. Mãe orgulhosa da Gabriela Bezerra. Ama estudar e viajar. Nas horas vagas, curte a família e os amigos.



PRERROGATIVAS NA BARRA FUNDA

DANIEL ROCHA MENDES é Juiz Titular da 75ª Vara do Trabalho de São Paulo. Ingressou na Magistratura em 2005, foi Diretor de Prerrogativas da AMATRA2 (2012/2014), integrando também as Comissões de Prerrogativas da ANAMATRA e AMB.



PRERROGATIVAS NA ZONA LESTE

ANDRÉA CUNHA DOS SANTOS GONÇALVES é Juíza Titular da 14ª Vara do Trabalho da Zona Leste. Graduada pela USP, ingressou na Magistratura do Trabalho em 2000.



PRERROGATIVAS NA ZONA SUL

FERNANDA BEZERRA TEIXEIRA é Juíza do Trabalho Auxiliar da 17ª Vara da Zona Sul. Graduada pela UFBA e pós-graduada em Direito Público, ingressou na Magistratura em 2015.



PRERROGATIVAS EM SÃO BERNARDO DO CAMPO - ABC

MARA CARVALHO DOS SANTOS BALEEIRO é Juíza Titular da 1ª Vara do Trabalho de Santo André. Ingressou na Magistratura em 2010.



MÁRCIO ALMEIDA DE MOURA é juiz do Trabalho Substituto com atuação na Região do ABC, atualmente na 2ª VT de Santo André.



PRERROGATIVAS NA BAIXADA SANTISA

EDUARDO JOSÉ MATIOTA é Juiz do Trabalho desde agosto de 2012. Formado pela Faculdade de Direito de São Bernardo do Campo Especialização em Direito e Processo do Trabalho pela Faculdade de Direito de São Bernardo do Campo.



PRERROGATIVAS EM OSASCO

DEIVES FERNANDO CRUZEIRO. Ex-metalmúrgico. Servidor do TRT15 durante 12 anos. Juiz do Trabalho desde 2017. Pós-graduado em Economia do Trabalho e Sindicalismo pela Unicamp. Hobby: piano, fotografia e leitura. Ex-praticante de tênis de mesa (vice campeão Copa Brasil) e Kung-Fu.



PRERROGATIVAS DA RESERVA TÉCNICA

CAMILA DIAS CARDOSO é Juíza do Trabalho Substituta desde 2019.

CONSELHO FISCAL

CONSELHEIROS TITULARES

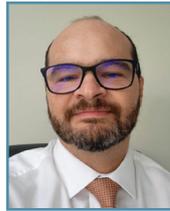
ANDREA DAVINI é Juíza do Trabalho Substituta desde 2015, sendo, atualmente, Auxiliar na 10ª Vara da Zona Sul. Graduada pela Mackenzie e pós-graduada pela PUC/SP, atuou também como Juíza Supervisora do CEJUSC - Zona Sul e CEJUSC - Guarulhos.



CRISTIANE MARIA GABRIEL é Juíza Titular da 1ª Vara do Trabalho de Cotia. Ingressou na Magistratura em 2010, antes disso, advogou por mais de 15 anos.



RODRIGO ACUIO é Juiz do Trabalho desde 2012, antes disso, foi advogado (2000/2009). Já integrou a Comissão de Prerrogativas da AMATRA2 (2014/2016) e o Conselho Fiscal (2016/2018).



JULIANA JAMTCHEK GROSSO é Juíza do Trabalho desde 2009, sendo Titular da 13ª Vara da Zona Sul. Antes disso, foi escrevente do TJSP e Analista Judiciário do TRT2.



CONSELHEIRAS SUPLENTE

APARECIDA FÁTIMA ANTUNES DA COSTA WAGNER é natural de Guarulhos, casada e tutora de dois gatos. É Juíza do Trabalho há 11 anos, sendo atualmente Juíza Auxiliar na 9ª Vara de Guarulhos. Antes disso, advogou por 19 anos.



ANA LÚCIA DE OLIVEIRA é Juíza titular da 90ª Vara do Trabalho de São Paulo desde 2016. Foi servidora do TRT2 de 1987 a 1997. Ingressou na magistratura em junho de 1997 sendo promovida a juíza titular em 2006.



COMISSÃO PELA IGUALDADE DE GÊNERO



ALICE NOGUEIRA E OLIVEIRA BRANDÃO é Juíza do trabalho substituta desde 2019. Auxiliar fixa da 56ª VT de São Paulo - 2021. Bacharel em Direito pela Universidade Católica do Salvador 2007. Pós-graduada em Direito e Processo do Trabalho pela UFBA. Membro Suplente do Comtrae - Comissão Municipal de Erradicação do Trabalho Escravo - SP - 2023.

Nordestina, torcedora do Esporte Clube Bahia e mãe de 3 meninos. Apaixonada pela Magistratura do Trabalho. Comprometida com a busca pela equidade de gênero e racial.



RENATA BONFIGLIO foi servidora do MPF de 2005 a 2007. Juíza do trabalho substituta do TRT3 de 2007 a 2009. Permutada para o TRT2 em 2009. Juíza titular desde 2022. Mãe de João, feminista, atêia e Corinthiana.



YARA CAMPOS SOUTO é mineira, mãe e Juíza do Trabalho Substituta desde 2019. Antes disso, foi assistente de Ministro no TST. Atualmente, integra a ANAMATRA Mulheres (2023/2025).

COMISSÃO PELA IGUALDADE RACIAL



PATRÍCIA ALMEIDA RAMOS ingressou na Justiça do Trabalho da Segunda Região como servidora em 1992. Aprovada em concurso para Magistratura do Trabalho em 1999, atualmente Juíza Titular da 69ª.VT/SP. Presidente da AMATRA-2 nos biênios de 2012/2014 e de 2014/2016. Diretora de Prerrogativas da AMATRA-2 nos biênios de 2016/2018 e 2018/2020. Secretária Geral da ANAMATRA no biênio 2019/2021.



ALICE NOGUEIRA E OLIVEIRA BRANDÃO é Juíza do trabalho substituta desde 2019. Auxiliar fixa da 56ª VT de São Paulo - 2021. Bacharel em Direito pela Universidade Católica do Salvador 2007. Pós-graduada em Direito e Processo do Trabalho pela UFBA. Membro Suplente do Comtrae - Comissão Municipal de Erradicação do Trabalho Escravo - SP - 2023.

Nordestina, torcedora do Esporte Clube Bahia e mãe de 3 meninos. Apaixonada pela Magistratura do Trabalho. Comprometida com a busca pela equidade de gênero e racial.



ÉRIKA ANDRÉA IZÍDIO SZPEKTOR é Juíza do Trabalho desde 2007, sendo Juíza Titular da 2ª Vara do Trabalho de Barueri desde 2017. Corredora desse 2002 com 8 maratonas concluídas, dentre elas a qualificação e conclusão da Maratona de Boston. Triatleta amadora desde 2012 com 7 Ironmans concluídos.

COMISSÃO DE GARANTIAS REMUNERATÓRIAS



LAILA MARIANA PAULENA MACEDO é paraense, tem 43 anos e é Juíza do Trabalho Substituta, desde abril de 2019, quando foi aprovada em 8º lugar geral no 1º Concurso Nacional. Formada pela Universidade Federal do Paraná, advogou por mais de 12 anos nas áreas de Direito do Trabalho Individual, Coletivo, e Direito Previdenciário, prestando assessoria sindical (2006 a 2019). Foi também Professora de Direito do Trabalho, Introdução ao Direito e Direito Empresarial da UNIBRASIL (2009 a 2019).



PAULO EDUARDO VIEIRA DE OLIVEIRA é paulistano, casado e Desembargador do Trabalho (3ª Turma do TRT2). É também Mestre, Doutor e Professor Livre Docente em Direito do Trabalho pela Faculdade de Direito da USP.



ROBERTO VIEIRA DE ALMEIDA REZENDE (Juiz Convocado). Juiz Substituto de 18/07/1996 a 30/04/2004. Atualmente Juiz Titular da 43ª VT de SP, Mestre e Doutor em Direito do Trabalho pela USP.



EUMARA NOGUEIRA BORGES LYRA PIMENTA é Juíza Titular da 40ª Vara do Trabalho de São Paulo, tendo ingressado na Magistratura em 1997. Antes disso, foi servidora também no TRT2.



DANIELA MARIA DE ANDRADE SCHWERZ é Juíza Substituta desde 2019, antes disso foi advogada por 10 anos. Atualmente é Auxiliar na 3ª Vara de Guarulhos e mestranda em Sociologia pela Unicamp.



CAMILA ASCENÇÃO QUEIROZ FREITAS é Juíza do Trabalho Substituta desde 2019. Graduada em Direito pela PUC/GO e pós-graduada em Direito e Processo do Trabalho pela UCAM.



LILIAN LYGIA ORTEGA MAZZEU (Desembargadora Aposentada) Ingressou na magistratura em 1986. Desembargadora aposentada do TRT2. Foi Presidente da AMAJUST (Associação dos Magistrados Aposentados da Justiça do Trabalho) e Coordenadora de Magistrados Aposentados da AMB.



MARIA DE FATIMA ZANETTI BARBOSA E SANTOS, Desembargadora Aposentada do TRT2, mestre em direito social pela PUC/SP. Palestrante. Advogada.

JUÍZA LAILA MARIANA
PAULENA MACEDO



AMATRA
PARA TODOS

1. Qual é a sua visão para o fortalecimento da independência e imparcialidade do Poder Judiciário?

R: Considerando que o Poder Judiciário é um órgão contramajoritário, seus integrantes precisam atuar de forma independente, sem receio de pressões externas, inclusive advindas de outros Poderes da República ou de seus membros. Para tanto, é imprescindível uma defesa institucional firme, repelindo ameaças ao livre exercício da Magistratura e rebatendo, prontamente, críticas infundadas. Devemos, também, buscar a aproximação da sociedade em geral, citando, como exemplo, o projeto Trabalho Justiça e Cidadania, além da integração à Comissão Municipal para a Erradicação do Trabalho Escravo (COMTRAE/SP), o que combaterá a desinformação e gerará uma maior confiança no trabalho desenvolvido pelos magistrados.

Essa atuação deve ocorrer de forma conjunta, com participação dos diversos Tribunais e associações, incluindo aquelas que representam os membros do Ministério Público. No âmbito do nosso Tribunal, a independência e a imparcialidade dos magistrados devem ser fortalecidas, sempre com o apoio de uma AMATRA2 que, de forma responsável e proativa, garanta a defesa de suas prerrogativas.

2. Como a sua gestão pretende contribuir para a promoção da igualdade de gênero e diversidade no âmbito da magistratura?

R: Nossa gestão trará uma perspectiva transversal para a diversidade. Além do atendimento às demandas da Diretoria de Direitos Humanos e das Comissões pela Igualdade de Gênero e Racial, a inclusão de grupos minoritários ou minorizados pautará a atuação de todas as demais diretorias.

No tocante à igualdade de gênero, atuaremos para acompanhar, de forma particularizada, as diferentes dimensões de discriminação vivenciadas pelas Magistradas, no exercício da atividade jurisdicional e no âmbito institucional.

Criaremos uma Comissão específica para tratamento das questões raciais, e atuaremos, em conjunto com o Tribunal, na implementação do Pacto Nacional pela Equidade Racial e no âmbito do Comitê Regional de Raça, Gênero e Diversidade, dando apoio aos magistrados, em casos de racismo e injúria racial, e acompanhando as demandas de magistrados empossados, incluso nas cotas raciais.

Buscaremos a paridade de gênero e raça, em mesas de palestras e debates visando a conscientização e letramento quanto à diversidade.

3. Como pretende enfrentar os desafios atuais e futuros da Justiça do Trabalho no Brasil?

R: Dentre tantos desafios já enfrentados por esta Justiça Especializada, os que atualmente se apresentam demonstram a necessidade de uma atuação firme e destemida das entidades associativas.

O Direito Trabalho, com certeza, foi aquele que passou por maior transformação, nos últimos anos, tendo sido fortemente impactado por mudanças ocorridas nas relações sociais, em especial o surgimento de fenômenos como a terceirização de atividades empresariais, a “pejotização” e a atuação de plataformas digitais.

Os Tribunais Trabalhistas passaram a lidar com demandas cada vez mais complexas, as quais foram objeto de profundos e abrangentes estudos, levando à construção de jurisprudência sólida acerca das matérias apresentadas.

Nesse contexto, devemos estar atentos à preservação de nossa competência, cientes de que o futuro da Justiça do Trabalho depende da mobilização de todos aqueles que aqui atuam, inclusive integrantes do Ministério Público e da Advocacia.

4. Como lidará com questões relacionadas à saúde mental e bem-estar dos juízes trabalhistas?

R: Realizaremos estudo, com abordagem interdisciplinar por grupos es-



AMATRA-2 DIVULGAÇÃO

pecíficos, relacionando o volume de trabalho e os afastamentos - não apenas quando se referem à saúde mental, mas também por doenças relacionadas ao trabalho, tais como LER/DORT -, visando demonstrar que a jornada excessiva de trabalho está impactando na saúde dos Magistrados de 1ª e 2ª Instâncias e, assim, reivindicar a adequação dos prazos exigidos pela Corregedoria à nossa realidade.

Iremos promover, também, eventos esportivos e de bem-estar em todas as circunscrições, assegurada a participação dos dependentes.

Naturalmente que o bem-estar passa, também, por uma remuneração condigna, aspecto que será especificamente tratado, em nossa gestão, com a criação da Comissão de Garantias Remuneratórias.

Esta terá, dentre outras competências, a função de acompanhar diuturnamente a tramitação e aprovação da PEC 10/2023, que institui a VTM, lutar tanto pela simetria material, principalmente quanto a licença prêmio, indenização de férias, GECJ e LC, como pela majoração do auxílio saúde para 10% do subsídio.

5. Como a AMATRA-2 poderá melhorar sua representatividade e atuação em prol de todos Associados, ativos e aposentados?

R: O objetivo que nos move é promover a existência de uma Associação inclusiva, democrática e acolhedora, que atenda a todos os associados e possa resgatar a sensação de pertencimento.

É imprescindível que a AMATRA2 retome seu papel histórico de efetiva representatividade, o que só poderá ocorrer com a oitiva de seus associados, através de pesquisas, reuniões e assembleias.

Os eventos sociais e culturais devem ser estruturados de modo a estimular a participação de todos, sem nenhuma distinção, inclusive proporcionando transporte aos que necessitarem.

Na mesma toada, iremos estender nossos convênios para abranger colegas de todas as circunscrições.

A existência de, no mínimo, um representante da Comissão de Prerrogativas, por circunscrição, demonstra que nossa atuação buscará solucionar as demandas específicas de cada região.

6. Como pretende promover a relação da AMATRA2 com a administração do nosso TRT-2 e com STF, com CNJ, CSJT e TST? E com o Poder Legislativo?

R: É essencial um diálogo propositivo partindo da Amatra-2.

Para tanto, ao formularmos um requerimento, é necessário que tenhamos uma proposta de resolução, indicando, inclusive, eventuais caminhos orçamentários para atendimento de nossas demandas quando relacionadas a remuneração e benefícios.

No mesmo sentido, iremos atuar, presencialmente, em todas essas esferas, para acompanhamento da tramitação de projetos de nosso interesse providenciando, caso necessário e havendo disponibilidade orçamentária, a contratação de escritório de advocacia especializado nessas demandas.

Naturalmente, nas demandas de cunho nacional, o diálogo com a Anamatra é inafastável, principalmente para ajustar a forma de atuação, garantindo que os interesses dos nossos associados sejam respeitados.

7. Com base na sua identidade pessoal e experiência profissional, quais elementos você considera cruciais para desempenhar o cargo de Presidente da AMATRA-2?

R: Sou uma mulher com vasta experiência profissional, desenvolvida através do exercício da advocacia, do magistério e da magistratura. Por 8 anos, atuei na assessoria sindical, o que me capacitou a encontrar o melhor caminho para a retomada do protagonismo da AMATRA2 no cenário nacional.

Uma associação proativa, que tome a iniciativa na condução dos requerimentos em favor dos associados, atue firmemente na defesa de nossas prerrogativas e não tema dar voz e voto a seus associados - esse é o perfil que pretendo imprimir à nossa Associação.

Por ter atuado, como Juíza Conciliadora, no CEJUSC, e participado, como advogada, de inúmeras mesas de negociação, conheço a importância e necessidade do diálogo, o qual, entretanto, deve ser propositivo, ou seja, com a apresentação de soluções plausíveis, que possam atender à maioria dos associados.

8. Pretende manter as iniciativas da atual gestão? Quais devem ser aprimoradas ou revistas?

R: As atuações exitosas da atual Diretoria devem ser mantidas e aprimoradas, sem se olvidar, entretanto, de buscar ações e eventos que visem atender à maioria dos associados.

Pretendemos, também, expandir as salas de lanche para outros fóruns e, em caso de inviabilidade orçamentária, fornecer equipamentos e insumos para a manutenção de espaço destinado à alimentação dos associados (máquina de café, microondas, snacks, frigobar com bebidas e lanches congelados).

Por outro lado, corroborando nosso compromisso de responsabilidade na gestão patrimonial da Associação, pretendemos estabelecer novos parâmetros de transparência na prestação de contas, publicando balancetes mensais com detalhamento de receitas e despesas, bem como faremos uma revisão da forma de contratação dos prestadores de serviços, adotando a tomada de orçamentos prévios à contratação de

fornecedores, os quais permanecerão à disposição dos Associados para consulta, corroborando, assim, nosso compromisso de responsabilidade com o patrimônio de nossa associação.

9. Quais são suas propostas para a melhoria das condições de trabalho dos magistrados?

R: Iremos implementar o diálogo com a Corregedoria Regional no tocante ao aprazamento, inclusive com base no estudo sobre as condições de trabalho supramencionado, com o fim de demonstrar que, considerando o volume de distribuição, os prazos atualmente fixados não são suficientes.

Acompanharemos os atos de convocação para que a publicidade e o critério de antiguidade sejam estritamente respeitados.

Atuaremos em prol da melhoria na segurança nos fóruns, com o aumento do efetivo de vigilantes e a instalação de botão de pânico em todas as unidades da 2ª Região.

Diversificaremos os convênios e benefícios, buscando atender às necessidades específicas de todos os grupos de associados, em todas as circunscrições, com o objetivo de proporcionar a redução e/ou desoneração de despesas.

Trabalharemos pela ampliação do quadro de servidores e magistrados do TRT, com proposição de projeto de lei, embasado em cálculo da necessidade de servidores e magistrados considerando o aumento das distribuições.

10. A AMATRA-2 deve ser voz dos Magistrados na mídia? Como deve ser esta relação?

R: Pensamos que a Associação, como instrumento de representação, deve ser esse intermediário, mas sempre visando a aproximação com o jurisdicionado, esclarecendo questões relacionadas ao exercício da magistratura e ao campo de atuação da Justiça do Trabalho, defendendo a imagem de seus associados, sempre que se fizer necessário.

Temos como ponto relevante a contratação de uma assessoria de imprensa, que possa nos orientar na relação com os meios de comunicação, facilitando a interlocução e propiciando a clareza das informações.

PROPOSTAS CHAPA



AMATRA
PARA TODOS

PROPOSTAS DA DIRETORIA EXECUTIVA

- Luta pela valorização da carreira e pela garantia de remuneração condigna.
- Criação de Comissão voltada para o acompanhamento de todas as questões relacionadas à remuneração dos associados.
- Acompanhamento diuturno da tramitação e aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 10, de 2023, que institui a parcela mensal de valorização por tempo de exercício da Magistratura.
- Busca pela fixação de auxílio-saúde no valor máximo correspondente a 10% do subsídio, em igualdade com magistrados de outros Tribunais Regionais.
- Defesa da efetividade material da simetria com o Ministério Público, nos termos da decisão do CNJ, por via administrativa ou judicial.
- Luta por interpretação da Resolução 372/2023, do CSJT, que garanta o recebimento de Licença Compensatória, indistintamente, por todos os magistrados da 2ª Região.
- Luta para que o exercício de atividades inerentes à administração da Vara do Trabalho, por Juízes Titulares e Substitutos, e de Gabinete, por Desembargadores e Juízes Convocados, configure acumulação de funções, autorizando o recebimento de Licença Compensatória.
- Postulação da criação de ferramenta específica, dentro do sistema PJe, que permita acompanhar o acervo dos CEJUSCs e, assim, demonstrar o acúmulo para o recebimento de GECJ.
- Atuação permanente pela retomada da paridade remuneratória entre aposentados e ativos.
- Atuação na defesa da competência da Justiça do Trabalho.
- Garantia de efetividade, transparência e clareza na comunicação com o Associado.
- Estabelecimento de gestão democrática com a participação de todos os integrantes da Diretoria e os Associados: realização de consultas quanto a temas relevantes a categoria e, em casos de maior repercussão, realização de assembleias, inclusive de forma remota.
- Criação de grupo de mensagens abrangendo todos os associados (substitutos, titulares, desembargadores e aposentados) para comunicação e troca de informações.
- Divulgação semanal da agenda da Presidente e de reportes sobre a atuação da Associação, além da atualização mensal das informações relativas ao andamento de ações de interesse da magistratura.
- Realização de estudo para demonstrar o volume de trabalho dos Magistrados, e reivindicar adequação dos prazos exigidos pela Corregedoria, atrelados a

nossa realidade, com abordagem interdisciplinar por grupos de estudos específicos, relacionando o volume de trabalho e os afastamentos (não apenas quando se referem a saúde mental, mas também por doenças relacionadas ao trabalho, tais como LER/DORT), para demonstrar que a jornada excessiva de trabalho está impactando na saúde mental dos Associados de 1ª e 2ª Instâncias.

- Empenho pela ampliação do quadro de servidores e magistrados do TRT, com proposição de projeto de lei, embasado em cálculo da necessidade de servidores e magistrados considerando o aumento das distribuições.
- Incentivo à realização de concursos para preenchimento dos cargos de magistrados e servidores atualmente vagos.
- Análise da sistemática de convocação para 2º grau da Justiça Estadual, verificando a viabilidade de se adotar a convocação definitiva de juízes para o 2º grau, criando um novo degrau na carreira, que ensejaria a imediata vacância da titularidade e abriria vaga para a promoção de juízes substitutos, otimizando a progressão na carreira.
- Compromisso formal dos principais membros da Diretoria (Presidente, Vice-Presidente e Diretor de Prerrogativas) de não aceitarem nenhum cargo na Administração de qualquer Tribunal, pelo prazo de dois anos, a contar do término do mandato.

PROPOSTAS DA DIRETORIA FINANCEIRA

- Responsabilidade na gestão dos recursos financeiros, garantindo sua destinação em benefício da Associação e de seus Associados, de forma impecável.
- Tomada de orçamentos prévios à contratação de fornecedores, os quais permanecerão à disposição dos Associados para consulta.
- Transparência na prestação de contas.

PROPOSTAS DA DIRETORIA CULTURAL

- Promoção de eventos culturais plurais e democráticos, incentivando a participação de Magistrados ativos e inativos pertencentes ao nosso Regional e de colegas que integram grupos minoritários ou minorizados.
- Criação de rodas de conversas entre Juízes e Desembargadores, buscando a aproximação e integração entre 1º e 2º grau, estimulando a participação de Magistrados Aposentados.
- Realização de cursos diversificados que contemplem temas de interesse dos associados ativos e aposentados.
- Busca por parceria com a EJUST2 para a realização de cursos específicos voltados à capacitação de Assistentes e Assessores.

- Retomada da edição de Revista quadrimestral da Amatra (física ou digital, de acordo com disponibilidade orçamentária), contendo: informações sobre o trabalho realizado no período, conquistas alcançadas e link para a área de prestação de contas; sessão destinada à participação dos aposentados com textos ou crônicas; sessão cultural interativa; receitas, com fotografias dos pratos, feitas pelos associados, acompanhado de um breve texto sobre aqueles pratos; críticas cinematográficas e literárias elaboradas por associados; divulgação de atividades culturais e esportivas realizadas e dos convênios firmados; sessão destinada à palavra da Presidente para comunicação sobre o trabalho realizado.

PROPOSTAS DA DIRETORIA SOCIAL

- Realização de eventos sociais mais democráticos que atendam aos interesses da maioria dos Associados, inclusive aposentados e colegas com filhos, proporcionando transporte aos que necessitarem.
- Descentralização de atividades sociais, a fim de que todas as circunscrições estejam integradas.
- Retomada dos “happy hours” mensais, com o intuito de propiciar aos associados encontros mais frequentes, em ambiente informal.
- Realização de evento denominado “Feijoada da Amatra2”, para marcar o encerramento do 1º semestre.
- Comemoração de datas festivas, como “Festa Junina” e “Dia das Crianças”, com programação recreativa e gincanas para pais e filhos.

PROPOSTAS DA DIRETORIA DE BENEFÍCIOS

- Diversificação de convênios e benefícios, inclusive junto a instituições de ensino e prestadores de serviços de saúde, buscando atender às necessidades específicas de todos os grupos de associados, em todas as circunscrições, com o objetivo de proporcionar a redução e/ou desoneração de despesas.
- Ampla divulgação dos convênios e benefícios existentes, bem como das condições para sua utilização.
- Implantação de sistema que facilite o acesso dos associados a convênios e benefícios.
- Melhoria na segurança nos fóruns, com o aumento do efetivo de vigilantes, garantida, no Fórum Ruy Barbosa, bem como nos fóruns de maior movimento, a presença de um agente de segurança por andar. Instalação de botão de pânico em todas as unidades da 2ª Região.
- Preparação de sala de espera para atendimento médico que preserve a intimidade do Magistrado e autorização para o acompanhamento da avaliação por seu médico de confiança.
- Extensão de salas da AMATRA para outros fóruns e, em caso de inviabilidade orçamentária, fornecer equipamentos e insumos para a manutenção de espaço destinado à alimentação dos associados (máquina de café, microondas, snacks, frigobar com bebidas e lanches congelados).

PROPOSTAS DA COMISSÃO DISCIPLINAR E DE PRERROGATIVAS

- Manutenção de representantes da Diretoria de Prerrogativas em todas as circunscrições para atendimento mais célere, eficiente e condizente com a realidade de cada região.
- Impedimento de interferência na independência do Magistrado.
- Acompanhamento dos atos de convocação para que a publicidade e o critério de antiguidade sejam estritamente respeitados nas consultas e designações.
- Mediação imparcial de conflitos entre Associados, quando expressado o interesse dos envolvidos.
- Alinhamento com a Corregedoria e a Ouvidoria para que eventuais conflitos entre Associados e advogados ou servidores, sejam, primeiro, tratados em mesa de conciliação na associação.
- Atuação junto à Administração Regional visando a majoração dos prazos para a realização de audiência e publicação de votos e sentenças, com base em estudo de qualidade de vida dos magistrados, que demonstrará a inadequação dos critérios atualmente adotados em razão do volume de distribuição no âmbito da 2ª Região.
- Acompanhamento do Comitê de Priorização do 1º grau, com o objetivo de que todas as esferas do nosso Tribunal sejam contempladas proporcionalmente com a distribuição de servidores, nas esferas administrativa e judicial.
- Realização de estudo específico para análise da viabilidade de aumento de juízes convocados no 2º grau, considerando a nomeação de novos magistrados no 1º grau.
- Acompanhamento diuturno das promoções, fornecendo o suporte necessário a todos os envolvidos e realizando eventos para explicitar as normas relacionadas ao tema, buscando dar celeridade aos respectivos procedimentos.
- Análise da sistemática de convocação para 2º grau da Justiça Estadual, verificando a viabilidade de se adotar a convocação definitiva de juízes para o 2º grau, criando um novo degrau na carreira, que ensejaria a imediata vacância da titularidade e abriria vaga para a promoção de juízes substitutos, otimizando a progressão na carreira.
- Exigência do envio de e-mails por parte das Corregedorias Regional e Nacional, cientificando o magistrado quanto à instauração e ao andamento de procedimentos administrativos (não somente PJE-COR).

PROPOSTAS DA DIRETORIA DE APOSENTADOS

- Atuação específica da assessoria jurídica da Associação para estudar e viabilizar a efetiva paridade remuneratória entre aposentados e ativos.
- Promoção de eventos sociais e culturais priorizando a participação dos Associados Aposentados, proporcionando transporte aos que necessitarem.

ESPECIAL ELEIÇÕES 2024

- Estímulo à participação de Magistrados Aposentados em rodas de conversa e “happy hours”.
- Realização de cursos voltados, especificamente, para os Associados Aposentados, inclusive para atualização tecnológica.
- Ampliação de benefícios e convênios que atendam aos Associados Aposentados.

PROPOSTAS DA DIRETORIA DE ESPORTES

- Ampliação dos eventos esportivos, visando incentivar a participação dos Associados.
- Estímulo à participação de Associados e seus dependentes nos Jogos Nacionais.
- Organização de torneio anual de xadrez on-line.

PROPOSTAS DA DIRETORIA DE DIREITOS HUMANOS

- Extensão do programa “Trabalho, Justiça e Cidadania”.
- Promoção do diálogo incessante em relação às políticas de igualdade e diversidade.
- Participação em projetos e políticas de inclusão de magistrados e servidores membros de grupos minoritários ou minorizados.
- Diálogo com entidades associativas e sindicais para promoção dos direitos humanos no ambiente de trabalho.

PROPOSTAS DA COMISSÃO PELA IGUALDADE DE GÊNERO

- Atuação para garantir teletrabalho às gestantes e lactantes, afastando exigências e requisitos não respaldados pelo Conselho Nacional de Justiça.
- Articulação com a Administração para unificação de procedimentos e redução de burocracias quanto aos benefícios decorrentes da maternidade/paternidade, com a criação de cartilha.
- Adoção de medidas voltadas a garantir que a emenda da licença maternidade/paternidade/adoção com as férias seja um direito assegurado a todos.
- Acompanhamento particularizado de casos de advogados misóginos que assediam moralmente e de forma contumaz Magistradas mulheres.W
- Acolhimento e apoio a Magistradas em situação de vulnerabilidade por violência doméstica.
- Articulação, junto à ANAMATRA, a fim de garantir que as licenças maternidade/paternidade/adoção não sejam causas de perda remuneratória.
- Promoção de pesquisa para identificação das principais dificuldades enfrentadas pelas Magistradas em razão do gênero e atuar para sua eliminação.
- Promoção da paridade de gênero em palestras e eventos culturais e educacionais, inclusive com a criação de banco de palestrantes mulheres.

PROPOSTAS DA COMISSÃO PELA IGUALDADE RACIAL

- Atuação em conjunto com o Tribunal para implementar o pacto nacional pela equidade racial.
- Acompanhamento de eventuais demandas dos novos magistrados empossados, inclusive nas cotas raciais (Concurso Nacional).
- Garantia da participação de palestrantes negros e indígenas em eventos culturais e acadêmicos.
- Participação junto à EJUST2 na elaboração e apresentação de conteúdo sobre a equidade racial nos cursos ministrados, inclusive na Escola de Formação dos Magistrados do Concurso Nacional.
- Acompanhamento e apoio a Magistrados, em casos de racismo ocorridos durante audiências e sessões.
- Promoção de palestras e eventos para conscientização e letramento racial.
- Atuação conjunta com Comitê Regional de Raça, Gênero e Diversidade do Tribunal.
- Atuação conjunta com a Anamatra nos eventos atinentes à equidade racial e letramento racial.
- Apoio e participação no Enajun (Encontro Nacional de Juízas e Juizes Negros).





CARTA ABERTA CHAPA

AMATRA PARA TODOS

Prezado colega,

Tenho a honra de apresentar a você um novo e eclético grupo que se uniu com o objetivo de restabelecer a conexão entre a Amatra2 e seus Associados, tendo como pilares principais: a pluralidade de representação, a transparência de comunicação, a gestão responsável de recursos e a defesa intransigente das prerrogativas da Magistratura.

A progressiva e ponderada adesão de diversos colegas à chapa “AMATRA PARA TODOS” teve como nascedouro um ponto em comum: a insatisfação com os rumos, até então empreendidos, pela diretoria da nossa diletta e sexagenária Associação.

É certo que, ao longo dos últimos anos, a direção da AMATRA2 se distanciou de seus associados, ocasionando não só um sentimento de desalento, mas, também, o enfraquecimento do engajamento coletivo e, por consequência, uma nefasta desmobilização geral.

A Associação, lamentavelmente, deixou de ser considerada como núcleo de representatividade da vontade de seus associados, o que não pode ser tolerado, mormente no momento atual, quando a Magistratura Trabalhista enfrenta intenso risco à solidificação de sua competência.

Nesse cenário, surgiu nosso movimento, que congrega desembargadores, juízes titulares, juízes substitutos e magistrados aposentados, os quais, imbuídos de muito ânimo para a concretização das mudanças que se mostram necessárias, traçaram, após amplo e prolongado debate, uma proposta de atuação institucional caracterizada pela responsabilidade e proatividade, com o intuito de resgatar a confiança, o respeito e o lugar de destaque da nossa querida Associação, em todos os âmbitos.

Somos a maior Associação regional trabalhista do Brasil e nosso inquestionável potencial deve ser usado para conferir à AMATRA-2 seu merecido protagonismo.

Atuaremos de forma diuturna e incansável em prol das prerrogativas dos magistrados.

Firmamos o compromisso com o diálogo, através de uma gestão mais democrática, que garanta a participação direta de todos associados, especialmente em episódios que envolvam temas mais sensíveis.

Promoveremos o fortalecimento da união entre todos os Magistrados da 2ª Região – fator indispensável para o ressurgimento de uma Associação atuante e respeitada.

E, por fim, garantimos nossa imensa disposição para o árduo trabalho que se apresenta!

ESPECIAL ELEIÇÕES 2024



DIRETORIA EXECUTIVA



PRESIDENTE

DIEGO REIS MASSI é Juiz do Trabalho Substituto lotado na 1ª Vara do Trabalho de Poá, ingresso na carreira em 24/01/2017. Analista judiciário do TRT2 e assistente de Desembargador de 20/10/2014 a 23/01/2017. Assistente de Desembargadora do TJSP de 13/04/2011 a 19/10/2014. Graduado pela PUC/SP e especialista em Direito do Trabalho e Processo do Trabalho pela USP/SP. Participação direta na AMATRA-2 nas gestões Fábio Rocha, Farley Ferreira, Frederico Cerutti e Bruno Perusso, como integrante da Comissão de Juízes Substitutos nas duas primeiras e Diretor de Benefícios nas duas últimas.



VICE-PRESIDENTE

EROTILDE RIBEIRO DOS SANTOS MINHARRO é Juíza Titular da 2ª VT de São Caetano do Sul, atualmente convocada para substituição no Tribunal. Juíza Auxiliar da Presidência nos anos de 2020-2022. Juíza Auxiliar da Corregedoria nos anos de 2018-2020. Conselheira da Ejud-2 nos anos de 2012-2014. Juíza Auxiliar da Presidência no ano de 2012. Pós-doutoranda pela Universidade de Bologna (2023-2024). Doutora (2006) e mestra (2002) em Direito do Trabalho e Direito da Seguridade Social pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo. Pós-graduada em Direito do Trabalho e Segurança Social pelo Instituto de Direito do Trabalho da Universidade de Lisboa (2021-2022). Certificada pelo Programa de Capacitação Docente em Direito e Economia (Law and Economics) ministrado pela Escola de Direito do Rio de Janeiro da Fundação Getúlio Vargas (2020). Coordenadora Regional do TJC representando a AMATRA-2 perante a ANAMATRA, em 2009.



SECRETÁRIO GERAL

ANDRÉ EDUARDO DORSTER ARAÚJO é Juiz do Trabalho Substituto. Ingresso na carreira em 2010 (concurso XXXIV). Auxiliar fixo da 1ª VT/SP ZS. Participei da gestão do biênio 2022/2024 da Amatra 2, como Secretário. Participei da gestão do biênio 2021/2023 da ANAMATRA como Diretor de Cidadania e Direitos Humanos. Integrante da gestão atual da ANAMATRA (biênio 2023/2025) na condição de Diretor de Formação e Cultura



SECRETÁRIO GERAL ADJUNTO

FÁBIO RIBEIRO DA ROCHA é Juiz do Trabalho Titular, foi presidente da Amatra2 - biênio 2016/2018 e conselheiro da EJUD2 - biênio 2018/2020.



DIRETORA FINANCEIRA

CRISTINA OTTONI VALERO é Juíza Aposentada; Contabilista; ex-funcionária do TRT desde 1980; magistrada desde 1990; na atividade associativa desde a aposentadoria; primeira Diretora de Aposentados da Anamatra - 2009/2011; Membro da comissão Legislativa da Anamatra - 2011/2015; Diretora Social da Amatra-2 - 2012/2014- Presidente do Conselho Fiscal da Amatra2 - 2014/2016 - Diretora Financeira Amatra-2 - 2016/2024.



DIRETOR DE PRERROGATIVAS

RENATO SABINO CARVALHO FILHO é Juiz Titular da 62ª Vara do Trabalho de São Paulo. Doutor em Direito do Trabalho pela USP. Mestre em Direito do Trabalho pela PUC/SP. Mestrando em Direitos Humanos pela UFMS. Coordenador da Especialização em Direito e Processo do Trabalho da Unidombosco/Meu Curso. Autor de obras jurídicas.



DIRETORA SOCIAL

REBECA SABIONI STOPATTO é Juíza substituta, desde 2016, auxiliar fixa da 86ª Vara do Trabalho na Barra Funda. Foi servidora, atuando como assistente e assessora de gabinete na 2ª instância do TRT2, de 2010 a 2016



DIRETORA SOCIAL ADJUNTA

ANDREA CORRÊA DE PAULA RIZZOTO é Juíza do Trabalho Substituta. Ingresso na magistratura em abril de 2019. Atualmente, designada para a 7ª Vara do Trabalho da Zona Sul. Técnico Judiciário e Analista Judiciário no TRT4 de 2011 a 2019.



DIRETORA CULTURAL

FLÁVIA FERREIRA JACÓ DE MENEZES é Juíza substituta. Ingresso na magistratura em 2019 e atualmente lotada na 1ª Vara do Trabalho de Cotia. Compõe a Comissão Anamatra Mulheres. Foi procuradora do trabalho (MPT), antes de tomar posse como magistrada.



DIRETOR CULTURAL ADJUNTO

ÍTALO MENEZES DE CASTRO é Juiz do Trabalho Substituto Auxiliar Fixo na 71ª Vara do Trabalho de São Paulo. Ingressou na carreira da magistratura do trabalho em 10/2/2014. Doutor e Mestre em Direito do Trabalho pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo. Professor. Membro do Instituto Brasileiro de Direito Processual - IBDP. Membro do Conselho Consultivo da Escola Judicial do Tribunal Regional do Trabalho da 2 Região no biênio 2016-2018.



DIRETOR DE BENEFÍCIOS

JORGE BATALHA LEITE é Juiz do Trabalho Substituto, atualmente exercendo a titularidade da 16ª Vara do Trabalho de São Paulo. Atuou como Juiz Auxiliar da Vice-Presidência, foi responsável pela implantação do Projeto Garimpo no TRT2 (NSPA), além de atuar como Juiz Auxiliar em Execuções (JAE) e em diversos outros órgãos deste Egrégio Tribunal Regional. Em suas palavras: "Meu compromisso com a cooperação e o suporte aos colegas de profissão é constante. Sou movido pela convicção de que, juntos, podemos fazer a diferença, o que me leva a um engajamento contínuo em esclarecer dúvidas e compartilhar conhecimentos. É essa paixão pela colaboração e pelo aprendizado mútuo que define quem sou".



DIRETOR DE BENEFÍCIOS ADJUNTO

JOBEL AMORIM DAS VIRGENS FILHO é Juiz do Trabalho há mais de uma década e aprovado em 2 concursos da magistratura do trabalho, atua há mais de 07 anos no TRT da 2ª Região. Anteriormente teve importantes experiências como advogado e conciliador. Na magistratura, atuou na expansão dos CEJUSCs da 2ª Região e como palestrante no TRT 14, TRT 2 e CSJT, em que ministrou módulo em curso de conciliação distribuído para todas as demais escolas judiciais trabalhistas. Participou de projeto na área de conciliação que rendeu menção honrosa ao TRT 2 no prêmio conciliar é legal. Pós graduado em Direito Processual Civil (UCDB/MS), atualmente exerce o juízo auxiliar na 19ª Vara do Trabalho.



DIRETOR DE ESPORTES

MARCOS ANTONIO IDALINO CASSIMIRO FILHO é Juiz do Trabalho Substituto desde 18/11/2017 e neste Regional desde 05/11/2020. Analista judiciário do TRT6 de 25/10/2012 a 17/11/2017. Graduado pela UFPE e especialista em Direito do Trabalho e Processo do Trabalho pela ESMATRA 6.



DIRETOR DE ESPORTES ADJUNTO

MARCIO FERNANDES TEIXEIRA é Juiz do Trabalho Substituto desde 26/01/2015. Atualmente é juiz auxiliar da 4ª Vara do Trabalho de Osasco. Foi juiz auxiliar da presidência do TRT da 2ª Região no biênio 2018/2020. Atualmente, é o juiz coordenador do Juízo Auxiliar em Execução, do Centro de Apoio aos Leilões Judiciais Unificados, Núcleo de Saneamento de Processos Arquivados (Garimpo), Núcleo de Pesquisa Patrimonial, Grupo Auxiliar de Execução e Pesquisa Patrimonial, Central de Mandados e Unidade de Apoio Operacional, todos do TRT da 2ª Região.



DIRETOR DE APOSENTADOS

ADALBERTO MARTINS exerceu a magistratura por cerca de 30 anos no TRT-2ª Região, tendo atuado como desembargador no período de junho/2010 a abril/2022, quando se aposentou. Foi Diretor da Ejud-2 no biênio 2016-2018, atual vice presidente da Amajust e exerce a docência na Faculdade de Direito da PUC/SP, desde 1997, na categoria de professor doutor.



DIRETORA DE APOSENTADOS ADJUNTA

MARIA APARECIDA NORCE FURTADO ingressou na Magistratura em dezembro de 1994 no TRT12 até setembro de 1998; no TRT2 de outubro de 1998 até a aposentadoria como Juíza Titular de Vara em 22 de outubro de 2022. Atuou como Juíza Convocada na 13ª Turma do TRT2 de fevereiro de 2019 a outubro de 2022. Especialista em Direito Social pela Universidade Presbiteriana Mackenzie.



DIRETORA DE DIREITOS HUMANOS ADJUNTA

TÂMARA LUIZA VIEIRA RASIA ingressou na magistratura em abril de 2019. Atualmente atua como Juíza Substituta da reserva técnica do TRT2. Anteriormente, de 2012 a 2019, foi analista judiciária no TRT2 atuando especificamente como assistente de juiz. Pós-graduada em Processo Civil pela UniDF.



DIRETORA DE DIREITOS HUMANOS

DAIANA MONTEIRO SANTOS é Juíza substituta no TRT da 2ª Região desde 2012, aprovada em dois concursos da magistratura do trabalho, atua no auxílio fixo da 2ª VT de Santana de Parnaíba. Graduada pela Universidade São Judas Tadeu, com Pós Graduação em Direito do Trabalho e Processo do Trabalho pela PUC-SP e Mestrado pela Université Paris 1 - Panthéon Sorbonne. Participa do Grupo de Pesquisa Trabalho e Capital da Universidade de São Paulo. Teve participação associativa na Amatra 2 na gestão de 2018-2020. Está, desde 2021, na Coordenação do Programa Trabalho Justiça e Cidadania aplicado pela Amatra, idealizado pela Anamatra e com apoio do TRT2 e EJUD2. No ano de 2023 atuou pelo TRT2 nos mutirões de atendimento a pessoas em situação de rua - POP Rua Jud. Em razão de sua trajetória acadêmica e profissional, espera e pretende acrescentar aspectos de humanização e apreço social, pois acredita ser essencial fortalecer a visão humanista para dentro de nosso Tribunal e perante a sociedade.



DIRETORAS DE IGUALDADE DE GÊNERO

KAROLINE SOUSA ALVES DIAS é Juíza do Trabalho Substituta desde 2019. Atualmente auxílio fixo na 46ª VT/SP.



THAÍS VERRASTRO DE ALMEIDA é Juíza do Trabalho Titular da 4ª Vara de Barueri. Graduada pela PucCampinas. Ingresso na carreira em 6/3/1996. Convocada para substituição no Tribunal, atualmente como auxiliar do Desembargador Diretor da EJUD2. Juíza auxiliar da Corregedoria de 2020/2021. Participação no Conselho Fiscal da Amatra 2 no biênio 2010/2012.



LEILA APARECIDA CHEVTCHUK DE OLIVEIRA é Desembargadora do TRT2; Diretora da Ejud2 - Escola Judicial do TRT2 (2014/2016); Graduada pela Faculdade de Direito do Largo São Francisco; Pós-graduada em Direito do Trabalho e Segurança Social (Universidade de Lisboa); Mestre em Direitos das Relações Sociais (PUC-SP); Especialista em Psicologia da Saúde Mental Ocupacional e Transornos Mentais Relacionados ao Trabalho (ambos pelo Ipq - HCFMUSP - Neuropsicologia).

COMISSÃO DISCIPLINAR E DE PRERROGATIVAS



1º TITULAR E DIRETOR

RENATO SABINO CARVALHO FILHO é Juiz Titular da 62ª Vara do Trabalho de São Paulo. Doutor em Direito do Trabalho pela USP. Mestre em Direito do Trabalho pela PUC/SP. Mestrando em Direitos Humanos pela UFMS. Coordenador da Especialização em Direito e Processo do Trabalho da Unidombosco/Meu Curso. Autor de obras jurídicas.

ESPECIAL ELEIÇÕES 2024



2º TITULAR

LUIZ ANTÔNIO MOREIRA VIDIGAL ingressou na magistratura em 13.06.1986 como juiz substituto, atuou como Presidente de Junta e substituiu no Tribunal, até ser promovido a Desembargador em 2002. Corregedor Regional do E. Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região, eleito para o biênio de 2018 a 2020. Presidente do E. Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região, eleito para o biênio de 2020 a 2022. Nomeado para compor o Conselho Superior da Justiça do Trabalho, na condição de membro representante da Região Sudeste (2021/2023).



3º TITULAR

FREDERICO MONACCI CERUTTI é Juiz substituto auxiliar fixo da 85 VT/SP, diretor de esportes nas gestões 16/18, 18/20 e 20/22. Especialista em Direito do Trabalho e Processo do Trabalho pela PUC São Paulo. Presidente da Amatra2 no biênio 20/22, oportunidade em que integrou várias comissões da ANAMATRA como representante das Amatras do sudeste. Membro do comitê de priorização do primeiro grau em uma oportunidade.



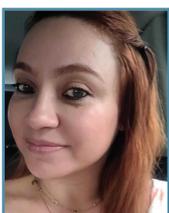
1º SUPLENTE

ROGÉRIO MORENO DE OLIVEIRA é Bacharel em Ciências – Habilitação Matemática e Bacharel em Direito pelas Faculdades Metropolitanas Unidas – FMU; Pós-Graduação Lato Sensu em Direito Social pela Universidade Presbiteriana Mackenzie; Ingressou na Magistratura em 1997 e atualmente é Juiz Titular de Jandira desde 2020; Nomeado Juiz Auxiliar do TRT da Vice-Presidência Judicial (2011/2012), da Vice-Presidência Administrativa (2012), da Corregedoria (2014 e 2018/2020), da Presidência (2020/2022).



2º SUPLENTE

WILLIAN ALESSANDRO ROCHA é Juiz do Trabalho Substituto, Auxiliar Fixo da 7ª Vara do Trabalho de Guarulhos, ingresso na carreira em 05/04/2019. Foi Técnico Judiciário do Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região de 01/10/2012 a 04/04/2019, onde exerceu as funções de Assistente de Juiz e de Diretor de Secretaria. Graduado em Direito pela UCP (Faculdades do Centro do Paraná). É especialista em Direito Processual Civil pela Uninter/Facinter Curitiba e em Direito Material e Processual do Trabalho pelo Cesul (Centro Sulamericano de Ensino Superior - Francisco Beltrão/PR). É Professor de cursos preparatórios para as carreiras da Magistratura do Trabalho e do MPT. Autor do livro “Teoria e Prática da Sentença Trabalhista” (Editora Mizuno, 2022) e de diversos artigos jurídicos.



3º SUPLENTE

SAMANTHA FONSECA STEIL SANTOS E MELLO é Juíza substituta exercendo a titularidade na 4ª VT de Cubatão. Graduada em 2007. Pós-graduada em Direito e Processo do Trabalho (2013) e Direito Portuário e Marítimo (2023). Mestre pelo IDP-SP (2022). Docente na UNIP (2023) nas cadeiras de Direito e Processo do Trabalho. Leciona em cursos preparatórios para Magistratura.

CONSELHO FISCAL



1º TITULAR

DECIO SEBASTIÃO DAIDONE ingressou na magistratura em abril de 1979. Promovido por merecimento em 1982 à Presidência da 2ª Junta de Conciliação e Julgamento de Santos, transferindo-se em novembro do mesmo ano, para a 32ª Junta de Conciliação e Julgamento da Capital. Promoção por merecimento a Juiz do Tribunal em 1993. Foi Presidente do Tribunal (2008-2010), Corregedor Regional (2006-2008), Titular da 3ª Turma no período de abril de 1993 a setembro de 2006, onde atuou como Juiz Substituto, de 1988 a 1993. Atuou como Desembargador Convocado no Tribunal Superior do Trabalho de fevereiro/2003 a junho/2004. Foi Vice-Coordenador do Colégio de Presidentes e Corregedores dos Tribunais Regionais do Trabalho do Brasil - 2009. Participou da vida associativa na AMATRA 2 como Presidente (março de 1988/1990), Vice-presidente (março 1986/1988), secretário (1982/1986) e Diretor de prerrogativas (1995/1997). Foi Vice-presidente da AMB (1990/1992). Mestre em Direito das Relações Sociais pela PUC – 2003, professor universitário e autor de obras jurídicas.



2º TITULAR

LIBIA DA GRAÇA PIRES é Juíza do Trabalho Titular da 10ª Vara do Trabalho de Guarulhos. Ingresso na Justiça do Trabalho como servidora em 1990 e magistrada em 1997. Graduada em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Mestre e Doutora em Direito do Trabalho pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo.



3º TITULAR

CRISTIANE BRAGA DE BARROS é Juíza substituta aprovada no 37 concurso, em 2013. Atua como auxiliar na 17 vara do trabalho de São Paulo.



4º TITULAR

BRÍGIDA DELLA ROCCA COSTA é Catarinense de naturalidade e formação, com especialização em Mercado do Trabalho. 43 anos, Juíza do Trabalho Substituta na 62ª Vara do Trabalho de São Paulo, esposa e mãe de dois tesouros. Advogou por 10 anos e foi bancária por 8 anos no Banco do Brasil. Inicialmente tomou posse em 2015 no TRT 23ª Região e fez novo concurso para a 2ª Região, onde novamente foi aprovada em 2016. Professora universitária de Direito do Trabalho e Processo do Trabalho.



1º SUPLENTE

TALITA LUCI MENDES FALCÃO é Juíza substituta desde 2015, atualmente como auxiliar fixa da 84ª Vara do Trabalho de São Paulo. Mestre em educação pela Universidade de Sorocaba. MBA em gestão estratégica de negócios pela Universidade de Sorocaba. Sua experiência na Amatra2 iniciou em 2022, na pasta social. Os desafios continuam - nesta nova chapa e pasta - mas acredita ser justamente com a congregação de ideias distintas e a união de esforços em comum que obteremos êxito em nossos interesses associativos. Anseia por uma gestão profícua, que agrega por meio de diálogo, mas combativa sempre que necessário.



2º SUPLENTE

MARCOS VINICIUS COUTINHO é Juiz do Trabalho Substituto no TRT da 2ª Região desde 26 de janeiro de 2015, exercendo, atualmente, a função de Juiz Auxiliar Fixo na 1ª Vara do Trabalho de Taboão da Serra/Graduado em Direito pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) / Pós-Graduando em Direito do Trabalho pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (FDUL) / Mestrando em Direito de Empresas pela Universidade Nove de Julho (Uninove) / Professor de Direito do Trabalho e de Direito Processual do Trabalho na Universidade Nove de Julho (Uninove) / Membro da Comissão de Prerrogativas e Disciplina da Amatra-2 nas gestões 2020/2022 e 2022/2024, tendo exercido interinamente, na primeira gestão, o cargo de diretor executivo de prerrogativas.



4º TITULAR

MARCELO PEREIRA DAS NEVES é Juiz do Trabalho Substituto desde 2017, atualmente exercendo a titularidade da Vara do Trabalho de Ribeirão Pires. Oficial de Justiça do TRF 4, em Santa Catarina, por quase nove anos. Antes disso, bancário da Caixa Econômica Federal por mais de cinco anos. Em ambas as atividades anteriores, teve envolvimento pessoal em busca de melhorias para a categoria, participando ativamente dos sindicatos representativos. Espera trazer essa experiência para ajudar na conquista de novos direitos que nos são devidos, sobretudo no que diz respeito à simetria e à isonomia.



5º TITULAR

BRUNO COUTINHO PEIXOTO é Juiz do Trabalho Substituto do TRT 2ª Região (desde 2019). Analista Judiciário do TRT 21ª Região (2012-2019). Analista Judiciário do TRT 16ª Região (2009-2012). Técnico Judiciário do TRT 16 Região (2009). Graduado em Direito pela Universidade de Fortaleza – UNIFOR. Pós-Graduado em Direito e Processo do Trabalho pela Universidade Anhanguera-Uniderp.

COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO INTERNA



COORDENADORA

ALINE BASTOS MEIRELES MANDARINO é Juíza do trabalho substituta desde 2019, atualmente no Cejusc Ruy Barbosa. Especialista em Direito Material e Processual do Trabalho pela Faculdade Pitágoras (2012). Mestranda em Direito do Trabalho pela Faculdade de Direito da USP, com foco em mediação estruturante. Foi analista Judiciário do TRT 3ª Região e do TRT 9ª Região (2011-2019). Atuou como Coordenadora do Grupo de Estudos da EJUST em 2022 e teve breve experiência na Amatra no primeiro semestre de 2023, quando mapeou pontos da comunicação existente que demandam melhoria técnica e iniciou o benchmarking junto a outras associações. O conhecimento adquirido possibilitou a elaboração do projeto de aprimoramento da comunicação que deseja implementar no próximo biênio.



VICE-COORDENADORA

MARTHA CAMPOS ACCURSO é Juíza do Trabalho Substituta desde 2019, atualmente exercendo a titularidade da 4ª Vara do Trabalho de Guarulhos. Servidora desde 2011. AJAJ do TRT2 desde 2017. Bacharel em Direito e Especialista em Direito do Trabalho, ambos pela Universidade de São Paulo.

COMISSÃO SIMETRIA E ISONOMIA



1º TITULAR

LAÍS CERQUEIRA TAVARES tem 16 anos de carreira pública (Oficial do MP/MG 2008-2010, Analista do TRT12 2012-2019, Juíza substituta desde 2019). Advogada 2010-2012. Integrante da Comissão de designações, criada na gestão 2022-2024, relacionada especialmente a demandas dos juízes da reserva técnica.



2º TITULAR

PAULO KIM BARBOSA é Desembargador, entrou na magistratura em 1995, lotado na 12ª Turma do TRT2, foi diretor da Amatra2 responsável pelos juízes titulares.



3º TITULAR

NELSON CARDOSO DOS SANTOS é Ingresso na Magistratura em 03/09/1996, exercendo a jurisdição na maior parte do tempo na Baixada Santista, a partir de 2007 como titular da 5a. Vara do Trabalho de Santos e, na sequência, da 1a. de São Vicente. Aposentadoria em 20/09/2020.

COMISSÃO DE APOSENTADOS



1º TITULAR:

JUCIREMA MARIA GODINHO GONÇALVES ingressou na Magistratura em 1990 e foi promovida em 2004. Em 2010, Vice Diretora da Escola Judicial da 2a.Regiao -Ejud. Em 2011/2017, Coordenadora dos Comitês de Planejamento e Gestão e Tecnologia da Informação do Trt2. Em 2018/2020, Coordenadora do Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos (Nupemec-1a/2a.Intâncias). Em 2016/2018, Ouvidora do Trt2. Em 2018/2020, Vice Presidente Administrativa do Trt2. Em 2023, aposentada do trabalho, mas não da vida.



2º TITULAR

MÉRCIA TOMAZINHO ingressou na magistratura em janeiro de 1985. Foi titular da então 1ª Junta de Conciliação e Julgamento de Guarulhos de 1988 a 2002. Em 2000 passou a substituir no TRT na 3ª Turma e nomeada em 2002 como Desembargadora, permanecendo na 3ª Turma até junho de 2023, quando se aposentou como Presidente da Turma.



3º TITULAR

ANA MARIA CONTRUCCI BRITO SILVA é Desembargadora aposentada em 2014, tendo ingressado na magistratura em 13 de junho de 1986, depois de ter exercido o cargo de Oficial de Justiça junto à 42ª Junta de Conciliação e Julgamento; tornou-se titular em 1990, inaugurando a 56ª JCJ onde permaneceu até ser conduzida a Juíza do Tribunal em 2002. Como vida associativa, participou da criação do primeiro Boletim Informativo da AMATRA, sob a Presidência de Décio Sebastião Daidone; foi diretora de prerrogativas na gestão de Carlos Roberto Husek, e Diretora de Aposentados na condução do atual Presidente Bruno Perusso. Seu curso de vida na magistratura foi pautado pela participação em várias comissões, dentre as quais, com orgulho menciona a Comissão de acessibilidade, da qual foi presidente e participou de seu crescimento e notoriedade nacional. Destaque igual para o exercício do cargo que lhe propiciou um trato direto com todos os colegas de primeira instância, a saber: auxiliar da Corregedoria, quando Corregedor o Desembargador João Carlos de Araujo e como Presidente do Tribunal Dra. Dora Vaz Treviño.

JUIZ DIEGO REIS MASSI



1. Qual é a sua visão para o fortalecimento da independência e imparcialidade do Poder Judiciário?

R: O fortalecimento da independência e imparcialidade do Poder Judiciário está diretamente atrelado à garantia das prerrogativas de seus membros e o oferecimento de boas condições de trabalho, bem como remuneração compatível com a responsabilidade das atribuições.

E esse será justamente o foco de nossa atuação, visando assegurar aos Magistrados a tranquilidade necessária para o desempenho de suas funções com excelência.

Uma das novidades relacionadas ao tema é a criação da comissão “Simetria e Isonomia”, que terá por objetivo a pesquisa, a consolidação de informações e o debate de ideias relacionadas a direitos da carreira, que servirão de base aos principais requerimentos da AMATRA-2, para a melhoria das condições de trabalho e remuneração dos associados.

2. Como a sua gestão pretende contribuir para a promoção da igualdade de gênero e diversidade no âmbito da magistratura?

R: O primeiro passo já foi dado quando da montagem da própria chapa, na escolha de seus integrantes. As mulheres são maioria não só na Diretoria, mas no grupo como um todo, havendo Magistradas das mais diversas idades e composições de grupos familiares.

Além disso, estaremos a Diretoria de Igualdade de Gênero, cumprindo a previsão estatutária de composição preferencial por Magistradas integrantes de fases distintas da carreira. Escalamos para essa nobre missão a Juíza Substituta Karoline Sousa Alves Dias, a Juíza Titular Thaís Verrastro de Almeida e a Desembargadora Leila Aparecida Chevtchuk de Oliveira, que garantirão o necessário olhar transversal, sob a perspectiva de gênero, em todos os assuntos debatidos no âmbito da AMATRA-2.

Mas não é só. A diversidade também foi assegurada dentro do grupo sob o ponto de vista da orientação sexual, cor, origem, etnia, idade e deficiência,



AMATRA-2 DIVULGAÇÃO

Buscaremos ainda a realização de mais convênios que beneficiem os associados nos mais diversos segmentos, evitando esforços para manter o GYMPASS, instituído na atual gestão e responsável pela melhoria da saúde e bem-estar de dezenas de associados em todas as circunscrições.

Como novidade, instituiremos o programa AMATRAMUSIC, que terá por objetivo a aproximação dos associados por meio da música, estimulando que aprendam ou voltem a tocar instrumentos musicais, com o auxílio de escolas parceiras, e até que formem bandas ou conjuntos musicais, que poderão ser convidados a se apresentarem em eventos da AMATRA-2.

5. Como a AMATRA-2 poderá melhorar sua representatividade e atuação em prol de todos Associados, ativos e aposentados?

R: O trabalho de melhoria da representatividade da associação também já começou na montagem da chapa.

Priorizou-se a formação de um grupo maior, que abrangesse integrantes de todas as fases da carreira, não só para que todos se sintam representados, mas também para que as demandas dos colegas possam chegar à associação e serem tratadas com o auxílio de pessoas que vivenciam ou já vivenciaram aquela realidade ou dificuldade, otimizando o trato do tema pela associação.

Além disso, propõe-se a criação de uma Coordenadoria de Comunicação Interna, que ficará responsável pela melhoria da comunicação da AMATRA-2 com os associados, inclusive estimulando o envio de sugestões, críticas ou novas ideias.

Por fim, criou-se a Comissão de Aposentados, com o objetivo de atender especificamente os assuntos relacionados aos associados aposentados, ficando responsável pelo mapeamento de eventuais problemas e desconfortos, estudo e apresentação de possíveis soluções ou propostas de melhoria, bem como auxílio em requerimentos.

por entendermos que somente um grupo plural é capaz de promover mudanças substanciais no combate a todo tipo de discriminação. E essa também será uma das prioridades da gestão.

3. Como pretende enfrentar os desafios atuais e futuros da Justiça do Trabalho no Brasil?

R: Pretendemos enfrentar os desafios da Justiça do Trabalho no Brasil em parceria com a ANAMATRA por meio de atuação política junto aos três Poderes, sobretudo para a manutenção e ampliação de nossa competência constitucional, a melhoria de nossa estrutura, o incremento de nosso orçamento e a aceleração dos concursos públicos para Magistrados do Trabalho e servidores.

4. Como lidará com questões relacionadas à saúde mental e bem-estar dos juizes trabalhistas?

R: Além da luta pela melhoria das condições de trabalho – que será tratada em questão própria –, pretendemos fomentar eventos culturais, esportivos e sociais.

6. Como pretende promover a relação da AMATRA2 com a administração do nosso TRT-2 e com STF, com CNJ, CSJT e TST? E com o Poder Legislativo?

R: A atuação deve ser prioritariamente diplomática e política, por meio da construção de relações com os agentes de poder, exposição de ideias com fundamentos técnicos sólidos, aproximação das demais associações – inclusive de outros ramos da Justiça – para uma atuação coordenada efetiva, sempre prezando por um bom diálogo e uma respeitosa argumentação.

Também pretendemos estimular a participação dos associados nesse contato, levando a Brasília aqueles que tiverem melhores condições de abrir portas ou auxiliar em determinado assunto, com esta ou aquela autoridade responsável.

Por fim, quando necessário, esgotado o diálogo, é certo que não nos furtaremos de adotar medidas mais enérgicas, administrativas ou judiciais, sobretudo quando violados direitos ou garantias dos associados.

7. Com base na sua identidade pessoal e experiência profissional, quais elementos você considera cruciais para desempenhar o cargo de Presidente da AMATRA-2?

R: Após graduado em Direito pela RUPUC-SP, trabalhei por quase 6 anos como assistente de Desembargadores, sendo os primeiros 3 anos e meio no TJ-SP e o restante – depois de aprovado em concurso de analista judiciário – no TRT-2, o que me conferiu boa experiência em relação ao trabalho no 2º grau.

Nesse meio tempo, tornei-me especialista em Direito do Trabalho e Processo do Trabalho pela USP-SP.

Em seguida, fui aprovado nos concursos da magistratura do TRT-2 (2º lugar) e TRT-4 (29º lugar), tomando posse em janeiro de 2017 como Magistrado do TRT-2.

Participei da AMATRA-2 nas gestões Fábio Rocha, Farley Ferreira, Frederico Cerutti e Bruno Perusso.

Nas primeiras duas gestões, integrei a comissão de Juízes Substitutos e auxiliiei nas conquistas de ampliação do auxílio fixo nas Varas do TRT-2, bem como do direito a assistente para todos os

Juízes Substitutos.

Nas duas últimas gestões, integrei a Diretoria de Benefícios, que trouxe novos convênios para a associação, organizou compras coletivas com descontos de obras jurídicas, viabilizou a contratação do GYMPASS a custo reduzido em razão de parceria firmada com a AMATRA-15, organizou evento com a apresentação de opções de seguro saúde, dentre elas o ABAS-15, com negociação de isenção de carência em duas oportunidades para os associados da AMATRA-2, o que beneficiou centenas de colegas, inclusive aqueles com doenças pré-existentes.

Também participei das últimas conquistas remuneratórias recentes, sobretudo as da GECJ, Licença Compensatória e ATS.

Diante disso, penso que não só o meu perfil diplomático, conciliador e combativo me credencia para o desempenho do cargo de Presidente, mas também o meu histórico acadêmico, profissional e, principalmente, associativo.

8. Pretende manter as iniciativas da atual gestão? Quais devem ser aprimoradas ou revistas?

R: Todas as iniciativas que funcionaram na atual gestão serão mantidas e, quando possível, aprimoradas, com especial destaque para a melhoria da condição remuneratórias dos associados (majoração de auxílio saúde, quitação de passivos – PAE e auxílio alimentação –, GECJ, Licença Compensatória, ATS, recálculo do terço constitucional de férias, majoração do auxílio alimentação), a responsabilidade e transparência financeira, o estímulo a atividades e eventos esportivos – inclusive aos Jogos Nacionais da ANAMATRA, que nos levaram ao inédito bicampeonato em 2022 e 2023 –, o incremento de convênios em todas as circunscrições, a ampliação do relacionamento institucional da AMATRA-2 com outras associações como AMATRA XV, APAMAGIS, ANAMATRA e AMB, a implantação do programa TJC, a defesa das prerrogativas dos associados com o apoio do escritório de advocacia conveniado.

A luta será incansável para que novas conquistas sejam obtidas, inclusive com a implementação efetiva e integral

da simetria, bem como para que nossas prerrogativas sejam integralmente respeitadas.

A comunicação também será aprimorada com a criação da Coordenadoria de Comunicação Interna, que ficará responsável pela reestruturação do contato com o associado, em ambas as vias, inclusive mediante a divulgação de boletins periódicos com o registro das últimas atuações da associação.

Outra melhoria a ser perseguida é um maior estímulo à participação dos colegas nos assuntos afetos à associação, não só por meio de consultas e, em temas mais sensíveis, de convocações de assembleias, mas também fomentando um maior envolvimento de modo geral, inclusive no desenvolvimento de projetos e realização de estudos que sejam de interesse da AMATRA-2, seguindo a lógica de que mais êxito uma associação obtém quanto mais seus participantes estão com ela envolvidos, de modo que todos possam colher os frutos do trabalho desempenhado por cada um de seus membros nos mais variados projetos em andamento.

9. Quais são suas propostas para a melhoria das condições de trabalho dos magistrados?

R: Nova ampliação do auxílio fixo e/ou pontual na 1ª instância com o ingresso dos Magistrados oriundos do II Concurso Nacional Unificado da Magistratura do Trabalho.

Busca de melhoria no regramento da reserva técnica.

Luta pelo aumento do número de Desembargadores e servidores no TRT-2.

Reorganização do quadro de servidores para priorização da atividade fim, em primeiro e segundo graus.

10. A AMATRA-2 deve ser voz dos Magistrados na mídia? Como deve ser esta relação?

R: Sempre que possível, a AMATRA-2 deve sim aproveitar os espaços oferecidos por veículos de imprensa para melhorar a imagem da associação e dos Magistrados em geral, atuando para combater a desinformação e, sempre que possível, exercendo direitos de resposta, quando a medida se mostrar favorável aos interesses da carreira.

PROPOSTAS CHAPA

APRIMORAÇÃO



A) LUTA INCANSÁVEL PELOS DIREITOS E PRERROGATIVAS DA CARREIRA

- Efetivação integral da simetria, não só para que abranja a integralidade dos associados – observadas, dentre outras, as especificidades relacionadas ao 2º grau, ao CEJUSC e à reserva técnica –, mas também para que alcance todos os demais direitos, como licença prêmio, fracionamento dos períodos de férias, valor de diárias, entre outros;
- Mobilização pela aprovação do VTM (valorização por tempo de exercício dos membros da Magistratura e do Ministério Público);
- Busca da quitação dos passivos, sobretudo os relacionados ao Adicional por Tempo de Serviço, recentemente implementado em folha de pagamento;
- Luta pelo direito dos aposentados e pensionistas à paridade e integralidade de direitos e proventos, inclusive mediante a aprovação de projetos de leis e propostas de emendas à Constituição Federal específicos que lhes sejam favoráveis, como o que assegura a extinção da cobrança de contribuição previdenciária sobre proventos;
- Atuação para isonomia no pagamento da GECJ aos juízes convocados, independente do regime de auxílio ou substituição;
- Mapeamento constante, por meio da Comissão “Simetria e Isonomia”, de direitos existentes nos demais ramos do Poder Judiciário ou outras carreiras públicas e que possam ser requeridos e implementados no Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região;
- Mediação, quando solicitada, de conflitos entre colegas ou colega e profissional de outra instituição;
- Defesa da competência da Justiça do Trabalho;
- Reunião online mensal, via Zoom, com o Diretor de Prerrogativas, para debate de novas demandas da pasta e discussão das já existentes, sem prejuízo de que esses encaminhamentos sejam feitos de forma individualizada, a qualquer tempo, pelo associado;

B) BUSCA INCESSANTE POR MELHORIAS NAS CONDIÇÕES DE TRABALHO

- Luta pelo aumento do número de Desembargadores e servidores no TRT-2;
- Nova ampliação do auxílio fixo e/ou pontual na 1ª instância com o ingresso dos Magistrados oriundos do II Concurso Nacional Unificado da Magistratura do Trabalho;

- Busca de melhoria no regramento da reserva técnica;
- Reorganização do quadro de servidores para priorização da atividade fim, em primeiro e segundo graus;
- Atuação para a melhoria da segurança nos prédios dos fóruns e do Tribunal;
- Busca de aceleração dos concursos nacionais para a Magistratura do Trabalho, a fim de que as vagas existentes sejam preenchidas com mais rapidez e eficiência;

C) PROMOÇÃO DA INTEGRAÇÃO ENTRE OS ASSOCIADOS

- Organização de eventos com divulgação antecipada de calendário, locais diversos (inclusive em outras circunscrições), além de estrutura e atrações pensadas para os associados de todas as idades e perfis;
- Fomento às atividades esportivas, inclusive mediante a ampliação de modalidades no evento anual de esportes que atenda aos interesses dos aposentados;
- Criação do programa AmatraMUSIC, com o objetivo de aproximar os associados por meio da música, estimulando que aprendam ou voltem a tocar instrumentos musicais, com o auxílio de escolas parceiras, e que formem bandas ou conjuntos musicais, que poderão ser convidados a se apresentarem em eventos da AMATRA-2;
- Maior incentivo à participação dos colegas nos assuntos afetos à associação, inclusive para o desenvolvimento de projetos e realização de estudos que sejam do interesse da AMATRA-2;

D) MELHORIA DA COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL E ABERTURA DE CANAL PARA SUGESTÕES E IDEIAS;

- Criação da Coordenadoria de Comunicação Interna, para a melhoria da comunicação da AMATRA-2 com os associados, inclusive estimulando o envio de sugestões, críticas, propostas e ideias, por meio de pesquisas e canal específico, de acesso facilitado;
- Elaboração de pesquisa específica para conhecer as preferências de comunicação dos associados, para que as ações comunicativas sejam mais eficientes;
- Mapeamento dos perfis e interesses dos associados, para que o trabalho da AMATRA-2 seja canalizado para assuntos e projetos que, de fato, tragam melhorias às vidas dos colegas;

- Uso com mais frequência de consultas e, em temas mais sensíveis, de assembleias para a definição dos rumos da associação;
- Divulgação de boletim periódico com os últimos atos de atuação da AMATRA-2;
- Publicação periódica de “newsletters” divulgando os convênios, para que o associado possa se lembrar, de tempos em tempos, dos benefícios existentes quando necessitar de determinado produto ou serviço contemplado;
- Realização de “benchmarking”, por meio do diálogo com outras associações;
- Modernização do site da AMATRA-2 e continuidade do desenvolvimento de novas funcionalidades do aplicativo;
- Estudo da viabilidade de contratação de assessoria de imprensa;

E) FOMENTO À DIVERSIDADE EM TODAS AS SUAS VIAS E COMBATE A TODO TIPO DE DISCRIMINAÇÃO;

F) EXPANSÃO E CONSOLIDAÇÃO DO PROGRAMA TRABALHO, JUSTIÇA E CIDADANIA;

G) INCENTIVO AO APERFEIÇOAMENTO CULTURAL;

- Realização de palestras, cursos e congressos, priorizando-se assuntos jurídicos de interesse prático;
- Criação do projeto “Vida Cotidiana”, com palestras, rodas de conversa, “workshops” e cursos sobre temas do cotidiano, como educação dos filhos, equilíbrio casa/trabalho, finanças, tecnologia, informática e inovações digitais;
- Criação do programa AmatraMUSIC, para a aproximação dos associados também por meio da música, estimulando que aprendam ou voltem a tocar instrumentos musicais, com o auxílio de escolas parceiras, e que formem bandas ou conjuntos musicais, que poderão ser convidados a se apresentarem em eventos da AMATRA-2;
- Expansão da parceria entre pastas da associação, visando a realizar eventos institucionais menores e conjuntos, como palestra seguida de “Happy Hour”, abrangendo, inclusive, as circunscrições fora da sede;
- Estudo de adequação do Jornal da AMATRA-2 aos interesses dos associados, aumentando a frequência de suas publicações;
- Retomada da edição da Revista Jurídica da AMATRA-2;
- Maior estímulo à leitura de livros não jurídicos por meio da criação do Programa “Troque o seu livro”, em que os colegas poderão levar à associação uma obra já lida e pegar, em troca, outra não lida, deixada por associado anterior em troca de outro livro e, assim, sucessivamente, criando-se uma corrente de fomento à cultura, que favorecerá, inclusive, a troca de ideias nas salas de lunches sobre obras lidas em comum;

H) MANUTENÇÃO DA RESPONSABILIDADE E TRANSPARÊNCIA FINANCEIRA;

I) APERFEIÇOAMENTO DAS RELAÇÕES COM OS PODERES DA REPÚBLICA E COM AS DEMAIS ASSOCIAÇÕES DE MAGISTRADOS PARA UMA ATUAÇÃO COORDENADA EM BUSCA DE MELHORIAS PARA A CARREIRA

J) ATENÇÃO ESPECIAL AOS APOSENTADOS

- Criação de comissão para o debate de assuntos relacionados diretamente aos associados aposentados, com o mapeamento de eventuais problemas e descontentamentos, estudo e apresentação de possíveis soluções ou propostas de melhorias, bem como auxílio em requerimentos;
- Diálogo constante da Comissão de Aposentados com a Comissão “Simetria e Isonomia”, para auxiliar em propostas no tocante à remuneração e outros benefícios;
- Melhoria da relação com a Administração do TRT-2, com vistas ao atendimento junto ao setor médico do Tribunal, de forma prioritária e mediante agendamento prévio;
- Proposição para que haja a participação de Magistrados aposentados na comissão designada para definição e/ou renovação dos planos de saúde, para que justamente aqueles que, em geral, mais se utilizam desses serviços possam contribuir mais ativamente nas decisões de relevo;
- Fomento à participação dos aposentados nas atividades de ensino e cultura, inclusive como palestrantes e por meio de parceria com a EJUD-2 e outras entidades;
- Estímulo à participação dos aposentados no programa Trabalho, Justiça e Cidadania, para que possam contribuir com a formação educacional de adolescentes de escolas públicas parceiras ministrando aulas sobre noções básicas de Direito, ética e cidadania;
- Aprimoração e estímulo à participação dos aposentados nas atividades dos CEJUSCs, conforme Resoluções 174 e 288 do CSJT, para que atuem em audiências conciliatórias de 1ª e 2ª instância;
- Promoção de eventos específicos aos aposentados e maior integração destes nos eventos gerais da associação, com observância e zelo por adequação de estrutura e escolha de atrações que também agradem aos mais experientes;
- Aprimoração da homenagem anual aos colegas que se aposentam no decorrer do ano;
- Melhoria da comunicação específica com os aposentados, ajustando, caso seja de interesse, o modo de contato para que se adeque a eventuais dificuldades com os meios hoje existentes ou que serão implementados pela Coordenadoria de Comunicação Interna.

CARTA ABERTA CHAPA

APRIMORAÇÃO



Nobres colegas,

Um novo projeto se desenhou para a importante missão de aprimorar a estrutura e o funcionamento de nossa associação.

Com muito orgulho, montamos um grupo qualificado, **com integrantes de todas as fases da carreira**, prezando pelo equilíbrio e pela diversidade em todos os aspectos, **englobando colegas com reconhecida experiência associativa na AMATRA-2, mas também trazendo diversos novos integrantes**, que entram ávidos para implementar novas ideias e projetos.

Por termos vivenciado do lado de dentro as principais dificuldades da associação nesses últimos anos, focamos na **criação de um grupo maior**, com 42 integrantes, escolhendo para cada função colega que tivesse melhores condições de auxiliar naquele respectivo tema, inclusive **criando novos órgãos**, como a Coordenadoria de Comunicação Interna, a Comissão “Simetria e Isonomia” e a Comissão de Aposentados.

Tivemos o cuidado de montar um grupo que fosse, de fato, representativo, já que **um dos objetivos centrais será a integração de todos os associados** (1º e 2º graus, ativos e inativos).

Lutaremos também para **resgatar a sensação de pertencimento à AMATRA-2**, criando meios para que todos possam contribuir com o avanço dos seus objetivos institucionais, em suas mais diversas vertentes. Afinal, a associação é de todos nós e evoluirá cada vez mais à medida que seus associados venham dela participar e com ela contribuir.

Elencamos como prioridades de atuação para o próximo biênio: **(i) a luta incansável pelos direitos e prerrogativas da carreira; (ii) a efetivação integral da simetria; (iii) a busca incessante por melhoria nas condições de trabalho; (iv) a promoção da integração entre os associados; (v) a melhoria da comunicação institucional e abertura de canal para sugestões e ideias; (vi) o fomento à diversidade em todas as suas vias e combate a todo tipo de discriminação; (vii) o incentivo ao aperfeiçoamento cultural; (viii) a ampliação dos benefícios aos associados; (ix) a expansão e consolidação do programa Trabalho, Justiça e Cidadania.**

Estamos certos de que **a vasta experiência associativa de parte do grupo aliada à energia dos vários novos integrantes serão a chave para dois anos de grandes conquistas e avanços.**

Aproveito a oportunidade, para agradecer a receptividade dos colegas nas visitas e, ao mesmo tempo, me desculpar com aqueles que não conseguiremos contatar até o final desse curto período de campanha eleitoral, colocando-me à disposição, desde já, de todos os associados, para a troca de ideias, o esclarecimento de dúvidas e o recebimento de sugestões ou críticas.

Esperamos ter a honra de contar com o seu apoio e o seu voto, para que, juntos, consigamos promover todas as melhorias de que a nossa associação necessita e, com isso, seguir progredindo a passos largos.

Um forte abraço.

Diego Reis Massi